



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

TÍTULO I – ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO I – FUNÇÕES DO DELEGADO DE POLÍCIA	25
1. Função de Polícia Judiciária e Investigação Criminal	25
1.1. Previsão legal	25
1.1.1. Polícia Judiciária x Polícia Investigativa	26
2. Presidir Inquérito policial ou outro procedimento de Polícia Judiciária	27
2.1. Investigação por meio de inquérito policial	28
2.1.1. Conceito e finalidade	28
2.1.2. Algumas características do inquérito policial	28
2.1.2.1. Procedimento inquisitório	28
2.1.2.2. Procedimento sigiloso	30
2.1.2.3. Procedimento escrito	31
2.1.2.4. Procedimento indisponível	31
2.1.2.5. Procedimento dispensável	31
2.1.2.6. Procedimento oficial	32
2.1.2.7. Procedimento oficioso	32
2.1.2.8. Discricionariedade	32
2.1.3. Formas de instauração	34
2.1.3.1. Portaria	34

2.1.3.2. Auto de Prisão em Flagrante Delito	36
2.1.4. Conclusão	37
2.1.4.1. Formalidades do relatório conclusivo	38
2.1.5. Prazo de conclusão	38
2.2. Investigação por meio de outro procedimento previsto em lei	40
3. Requisitar quaisquer elementos de informação relevantes para a investigação	41
4. Representar por medidas cautelares relevantes à investigação	42
4.1. Medidas cautelares pessoais	43
4.1.1. Prisionais	44
4.1.2. Não prisionais	44
4.2. Medidas cautelares probatórias	44
4.3. Medidas cautelares assecuratórias (reais)	44
5. Promover o indiciamento em face do investigado	45
5.1. Espécies	45
5.1.1. Direto	45
5.1.2. Indireto	45
5.2. Consequências	45

TÍTULO II – DOS ASPECTOS PRÁTICOS

CAPÍTULO I – SISTEMATIZAÇÃO LÓGICA DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS DO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA

1. Indagações lógicas sobre as peças práctico-profissionais	49
1.1. Qual o crime investigado no caso concreto?	50
1.2. Em que fase se encontra a investigação?	50
1.3. O que o delegado de polícia busca para o êxito das investigações?	51
1.4. Quais são os elementos sugestivos presentes no caso concreto para definição da peça adequada?	52
2. Formatação lógica das peças práctico-profissionais	57
2.1. Dicas básicas sobre a formatação das peças práctico-profissionais	58
2.2. Etapas para a formatação das peças práctico-profissionais	59
2.2.1. Endereçamento	59

2.2.2. Referência	64
2.2.3. Preâmbulo	64
2.2.4. Fatos	65
2.2.5. Fundamentos jurídicos	66
2.2.5.1. Prática delituosa	66
2.2.5.2. Cabimento	67
2.2.5.3. Requisitos cautelares	67
2.2.6. Pedidos (Representações)	68
2.2.7. Fechamento	68
3. Modelo básico de peça	69

TÍTULO III – DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL ... 73

1. Representação pela decretação da prisão temporária	73
1.1. Conceito e natureza jurídica	73
1.2. Fundamento constitucional	74
1.3. Legitimidade	74
1.4. Prazo da medida	75
1.5. Cabimento	76
1.5.1. Crimes listados no rol taxativo da lei	76
1.5.2. Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa da prisão	80
1.6. Requisitos cautelares	81
1.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	81
1.6.2. <i>Periculum libertatis</i>	82
1.7. Modelo básico da peça	85
1.8. Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Ceará de 2015	87
1.9. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela decre- tação da prisão temporária (de acordo com as ADIs nº 3.360 e nº 4.109)	88
1.10. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Piauí de 2026	92
1.11. Resolução do caso proposto 2 – Representação pela decre- tação da prisão temporária	94

2.	Representação pela decretação da prisão preventiva	99
2.1.	Conceito e natureza jurídica	99
2.2.	Fundamento constitucional	99
2.3.	Legitimidade	100
2.4.	Prazo	101
2.5.	Cabimento	102
2.5.1.	Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	103
2.5.2.	Investigado reincidente em crime doloso, qualquer que seja o quantum de pena	105
2.5.3.	Violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, pessoa idosa, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência	106
2.5.4.	Contexto da atuação ou para a consecução das condutas do crime de domínio social estruturado....	107
2.5.5.	Dúvida sobre a identidade civil do investigado e não fornecimento de elementos suficientes para esclarecê-la	108
2.5.6.	Inexistência de causa justificante (cumulativo)	108
2.5.7.	Demonstração de insuficiência de outra medida cautelar diversa de prisão	109
2.5.8.	Inexistência de finalidade de antecipação de pena, imediatismo investigativo, apresentação ou recebimento da denúncia	110
2.6.	Requisitos cautelares	111
2.6.1.	<i>Fumus commissi delicti</i>	111
2.6.2.	<i>Periculum libertatis</i>	112
2.6.2.1.	Garantia da ordem pública	113
2.6.2.2.	Garantia da ordem econômica	116
2.6.2.3.	Conveniência da instrução criminal	117
2.6.2.4.	Assegurar a aplicação da lei penal	117
2.6.2.5.	Descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão	117
2.7.	Modelo básico da peça 1	118
2.8.	Modelo básico da peça 2 (conversão da prisão em flagrante em preventiva)	120
2.9.	Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia da Bahia de 2018	121

2.10. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela decretação da prisão preventiva do investigado (de acordo com a Lei nº 13.964/2019 – Lei Anticrime) ¹	123
2.11. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia federal de 2018	127
2.12. Resolução do caso proposto 2 – Representação pela decretação da prisão preventiva do indiciado (de acordo com a Lei nº 13.964/2019 – Lei Anticrime)	129
3. Representação pela decretação de medidas cautelares diversas da prisão	134
3.1. Conceito e natureza jurídica	134
3.2. Legitimidade	134
3.3. Cabimento	135
3.4. Requisitos cautelares	135
3.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	135
3.4.2. <i>Periculum libertatis</i>	136
3.5. Espécies de medidas cautelares diversas da prisão	137
3.5.1. Comparecimento periódico em juízo	137
3.5.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	137
3.5.3. Proibição de manter contato com determinada pessoa	138
3.5.4. Proibição de ausentar-se da comarca	138
3.5.5. Recolhimento domiciliar	139
3.5.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	139
3.5.7. Internação provisória	139
3.5.8. Prestação de fiança	140
3.5.9. Monitoração eletrônica	140
3.5.10. Retenção de passaporte	140
3.6. Outras espécies de medidas cautelares diversas da prisão ..	141
3.6.1. Medidas cautelares da Lei nº 15.358/2026 (Lei Antifacção)	141
3.6.2. Medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual	143
3.6.3. Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	145
3.6.4. Medidas protetivas de urgência (Lei Henry Borel) ..	148

3.6.5. Medida cautelar de afastamento do exercício do cargo de prefeito	150
3.6.6. Medida cautelar de afastamento do exercício do cargo de magistrado	151
3.6.7. Medida cautelar de suspensão da carteira nacional de habilitação	151
3.6.8. Medida cautelar de afastamento de funcionário público do exercício de suas atividades (Lei de Drogas) .	151
3.7. Modelo básico da peça 1	152
3.8. Modelo básico da peça 2 (Medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha)	153
3.9. Modelo básico da peça 3 (Medidas protetivas de urgência da Lei Henry Borel)	154
3.10. Modelo básico da peça 4 (Medida protetiva de afastamento do lar decretada pelo delegado de polícia)	156
3.11. Caso proposto 1	157
3.12. Resolução do caso proposto 1 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão do investigado do exercício de sua função pública (de acordo com a Lei nº 13.964/2019 – Lei Anticrime)	158
3.13. Caso proposto 2	161
3.14. Resolução do caso proposto 2 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente na suspensão da permissão do investigado para dirigir veículo automotor ...	163
3.15. Caso proposto 3	166
3.16. Resolução do caso proposto 3 – Representação por medida cautelar diversa da prisão, consistente no afastamento de prefeito do exercício do cargo	167

CAPÍTULO II – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PROBATÓ-

RIA	171
1. Representação pela interceptação das comunicações telefônicas ...	171
1.1. Conceito e natureza jurídica	171
1.2. Fundamento constitucional	172
1.3. Legitimidade	173
1.4. Cabimento	173
1.4.1. Crime punido com pena de reclusão	173
1.4.2. Indispensabilidade da medida	174
1.5. Requisitos cautelares	174
1.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	174

1.5.2. <i>Periculum in mora</i>	175
1.6. Duração da medida	175
1.7. Modelo básico da peça 1 (Interceptação das comunicações telefônicas)	176
1.8. Modelo básico da peça 2 (Quebra de sigilo das comunicações e de dados telemáticos)	178
1.9. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia de Pernambuco de 2016	179
1.10. Resolução do caso proposto – Representação pela interceptação das comunicações telefônicas e pela quebra de sigilo de dados telefônicos	182
2. Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos	187
2.1. Conceito e natureza jurídica	187
2.2. Fundamento constitucional	187
2.3. Legitimidade	188
2.4. Cabimento	189
2.5. Requisitos cautelares	190
2.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	190
2.5.2. <i>Periculum in mora</i>	190
2.6. Modelo básico da peça	190
2.7. Caso proposto 1	192
2.8. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela quebra de sigilo de dados telefônicos	194
2.9. Caso proposto 2	197
2.10. Resolução do caso proposto 2 – Ofício de requisição de dados cadastrais telefônicos do aparelho da vítima	198
3. Representação pela captação ambiental	201
3.1. Conceito e natureza jurídica	201
3.2. Fundamento constitucional	202
3.3. Legitimidade	202
3.4. Cabimento	203
3.4.1. Crime punido com pena máxima superior a 4 (quatro) anos	204
3.4.2. Indispensabilidade da medida	204
3.5. Requisitos cautelares	204
3.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	204
3.5.2. <i>Periculum in mora</i>	205
3.6. Duração da medida	205
3.7. Modelo básico da peça	206
3.8. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017	207

3.9. Resolução do caso proposto – Representação pela captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos (de acordo com a Lei nº 13.964/2019 – Lei Anticrime)	209
4. Representação pela quebra de sigilo bancário	214
4.1. Conceito e natureza jurídica	214
4.2. Fundamento constitucional	214
4.3. Legitimidade	214
4.4. Cabimento	215
4.5. Requisitos cautelares	216
4.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	216
4.5.2. <i>Periculum in mora</i>	217
4.6. Modelo básico da peça	217
5. Representação pela quebra de sigilo fiscal	219
5.1. Conceito e natureza jurídica	219
5.2. Fundamento constitucional	219
5.3. Legitimidade	219
5.4. Cabimento	220
5.5. Requisitos cautelares	220
5.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	220
5.5.2. <i>Periculum in mora</i>	221
5.6. Modelo básico da peça	221
5.7. Caso proposto	222
5.8. Resolução do caso proposto – Representação pela quebra de sigilo bancário da conta fornecida e pela quebra de sigilo financeiro, bancário e fiscal dos indiciados	224
6. Representação pela infiltração de agente policial	229
6.1. Conceito e natureza jurídica	229
6.2. Legitimidade	229
6.3. Cabimento	229
6.4. Requisitos cautelares	231
6.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	231
6.4.2. <i>Periculum in mora</i>	231
6.5. Duração da medida	232
6.6. Modelo básico da peça	232
6.7. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Mato Grosso do Sul de 2017	234
6.8. Resolução do caso proposto – Representação pela infiltração de agente de polícia em tarefas de investigação	236
7. Representação pela infiltração virtual de agente policial	240
7.1. Conceito e natureza jurídica	240
7.2. Legitimidade	240

7.3.	Cabimento	241
7.4.	Requisitos cautelares	242
7.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	242
7.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	243
7.5.	Duração da medida	243
7.6.	Modelo básico da peça	244
7.7.	Caso proposto – Concurso para delegado de polícia federal de 2021	245
7.8.	Resolução do caso proposto – Representação pela infiltração de agente na internet para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	247
8.	Representação PELA ação controlada (entrega vigiada)	251
8.1.	Conceito e natureza jurídica	251
8.2.	Legitimidade	252
8.3.	Cabimento	252
8.4.	Requisitos Cautelares	253
8.4.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	253
8.4.2.	<i>Periculum in mora</i>	253
8.5.	Modelo básico da peça	254
8.6.	Caso proposto 1	255
8.7.	Resolução do caso proposto 1 – Representação pela ação controlada na modalidade entrega vigiada	256
8.8.	Caso proposto 2 (caso 1 adaptado)	259
8.9.	Resolução do caso proposto 2 – Comunicação de ação controlada	260
9.	Representação pela busca domiciliar	264
9.1.	Conceito e natureza jurídica	264
9.2.	Fundamento constitucional	264
9.3.	Legitimidade	265
9.4.	Cabimento	266
9.4.1.	Para prender criminosos ou apreender objetos materiais ou instrumentos de crime	266
9.4.2.	Para descobrir objetos relevantes para investigação	267
9.4.3.	Para apreender cartas com conteúdo relevante para investigação	267
9.4.4.	Para apreender vítimas	268
9.4.5.	Para colher qualquer elemento probatório relevante para investigação	268
9.5.	Requisitos Cautelares	269
9.5.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	269

9.5.2. <i>Periculum in mora</i>	269
9.6. Modelo básico da peça	269
9.7. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia da Bahia de 2013	271
9.8. Resolução do caso proposto – Representação pela decretação da prisão temporária dos indiciados e pela decretação de busca domiciliar nos endereços dos familiares dos indiciados	274

CAPÍTULO III – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA ASSECURATÓRIA 281

1. Representação pelo sequestro de bens	281
1.1. Conceito e natureza jurídica	281
1.2. Finalidade	281
1.3. Objeto	282
1.4. Legitimidade	283
1.5. Cabimento	285
1.6. Requisitos cautelares	287
1.6.1. <i>Fumus commissi delicti</i>	287
1.6.2. <i>Periculum in mora</i>	287
1.7. Modelo básico da peça	288
1.8. Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Tocantins de 2014 – adaptado	290
1.9. Resolução do caso proposto 1 – Representação pela decretação da prisão preventiva do investigado e do sequestro dos bens adquiridos pelo investigado com os proventos do crime	291
1.10. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Pará de 2021	295
1.11. Resolução do caso proposto 2 – Representação pela decretação da prisão preventiva, da busca domiciliar e do sequestro de bens	297
2. Representação pelo arresto de bens	302
2.1. Conceito e natureza jurídica	302
2.2. Finalidade	302
2.3. Objeto	302
2.4. Legitimidade	303
2.5. Cabimento	304
2.6. Requisitos cautelares	306
2.6.1. <i>Fumus commissi delicti</i>	306
2.6.2. <i>Periculum in mora</i>	306

2.7. Modelo básico da peça	307
3. Representação pelo bloqueio de bens, direitos ou valores	309
3.1. Conceito e natureza jurídica	309
3.2. Finalidade	310
3.3. Objeto	310
3.4. Legitimidade	310
3.5. Cabimento	312
3.6. Requisitos cautelares	312
3.6.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	312
3.6.2. <i>Periculum in mora</i>	313
3.7. Modelo básico da peça	313

CAPÍTULO IV – OUTRAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS 317

1. Representação pelo exame de sanidade mental	317
1.1. Conceito e natureza jurídica	317
1.2. Legitimidade	317
1.3. Cabimento	318
1.4. Requisitos cautelares	318
1.4.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	318
1.4.2. <i>Periculum in mora</i>	318
1.5. Modelo básico da peça	319
1.6. Caso proposto – Concurso para delegado de polícia do Rio de Janeiro de 2014 – adaptado	320
1.7. Resolução do caso proposto – Representação pelo exame de sanidade mental	322
2. Portaria	325
2.1. Considerações gerais	325
2.2. Modelo básico da peça	326
2.3. Caso proposto 1	327
2.4. Resolução do caso proposto 1 – Portaria de instauração de inquérito policial	328
2.5. Caso proposto 2	330
2.6. Resolução do caso proposto 2 – Portaria de instauração de inquérito policial	331
2.7. Caso proposto 3	333
2.8. Resolução do caso proposto 3 – Portaria de instauração de inquérito policial	333
2.9. Caso proposto 4 – Concurso para delegado de polícia do Espírito Santo de 2019	335
2.10. Resolução do caso proposto 4 – Portaria de instauração de inquérito policial	337

2.11. Caso proposto 5 – Concurso para delegado de polícia de Rondônia de 2022	341
2.12. Resolução do caso proposto 5 – Portaria de instauração de inquérito policial	342
3. Despacho em auto de prisão em flagrante delito	345
3.1. Considerações gerais	345
3.2. Modelo básico da peça 1 (auto de prisão em flagrante delito)	348
3.3. Modelo básico da peça 2 (despacho em auto de prisão em flagrante delito)	351
3.4. Caso proposto 1 – Concurso para delegado de polícia do Piauí de 2014	353
3.5. Resolução do caso proposto 1 – Despacho ordinatório (espelho dado pela banca)	354
3.6. Resolução do caso proposto 1 – Despacho em auto de prisão em flagrante delito (nosso modelo)	355
3.7. Caso proposto 2 – Concurso para delegado de polícia do Rio Grande do Norte de 2021	358
3.8. Resolução do caso proposto 2 – Despacho em auto de prisão em flagrante delito	360
3.9. Caso proposto 3 – Concurso para delegado de polícia federal de 2025	363
3.10. Resolução do caso proposto 3 – Despacho de auto de prisão em flagrante delito	365
4. Despacho de indiciamento	368
4.1. Considerações gerais	368
4.2. Modelo básico da peça	368
4.3. Caso proposto	369
4.4. Resolução do caso proposto – Despacho de indiciamento	370
5. Relatório conclusivo	373
5.1. Considerações gerais	373
5.2. Modelo básico da peça 1 (com indiciamento no relatório) .	373
5.3. Modelo básico da peça 2 (sem o indiciamento no relatório –indiciamento anterior)	374
5.4. Caso proposto	375
5.5. Resolução do caso proposto – Relatório conclusivo com indiciamento e representação por prisão preventiva	378
BIBLIOGRAFIA	383